

## Secas e epidemias na Fortaleza do século XIX

Clovis Ramiro Jucá Neto\*  
Silvia Maria Aragão de Andrade Furtado\*\*

Na medida em que Fortaleza vai se tornando hegemônica, durante o século XIX, uma série de questões apresentam-se enquanto problemas a serem solucionados pela ciência e pela técnica.

As secas expõem a própria ineficácia dos saberes técnicos-científicos sobre o urbano. Nesses períodos, a cidade, sem uma infraestrutura capaz de atender as necessidades das levas de retirantes que a invadiam, era palco de grandes epidemias. As doenças que indiscriminadamente atacavam ricos e pobres espalhavam sobre o território de Fortaleza pânico e terror.

Buscando controlar a situação epidêmica instalada na cidade, os poderes públicos se amparam no saber da medicina e promovem a idéia de que a pobreza era razão do caos.

Neste sentido uma série de estratégias excludentes procuram tirar o pobre do meio urbano. Os indigentes ferindo, em sua condição social, os olhos dos habitantes da cidade, teriam pois, de serem confinados em instituições apropriadas ou levados para os arredores de Fortaleza, além de se habituarem a regras do habitante cidadão.

De qualquer forma, aos migrantes foi reservado uma maneira de serem tolerados: transformarem-se em mão de obra barata e acessível para as melhorias urbanas.

**Tema 1 - A construção da cidade moderna no Brasil: projetos, planos e obras.**

**COMUNICAÇÃO**

---

\* Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA.

\*\* Mestre em Educação pela UFC.

## Secas e epidemias na Fortaleza do século XIX

Clovis Ramiro Jucá Neto\*  
Sílvia Maria Aragão de Andrade Furtado\*\*

A preocupação com o processo de modernização de Fortaleza, durante o século XIX, dentre outras questões, significa tanto pontuar os problemas eminentemente urbanos na cidade, como reconhecer os meios encontrados pelo poder público para solucioná-los.

Na primeira metade do século passado, Fortaleza já possui importância sobre o território cearense. Capital da Província desde 1823, era ponto de convergência de importantes estradas da capitania. Alargando sua dominação regional, ela sofre um processo de *"expansão de suas funções político-administrativas, comerciais e de serviços: melhoria do porto, abertura de estradas, localização da alfândega, maior poder de captação de tributos e um conjunto de beneficiamentos urbanos como calçamentos de ruas, construções de praças, chafarizes, etc"*,<sup>1</sup> além de ganhar seu primeiro código de posturas em 1835.

Na medida em que, a partir de 1860, a produção nordestina de algodão se beneficia com a Guerra de Secessão norte-americana, que retirou provisoriamente a sua produção do mercado internacional, e também com *"interesse das indústrias têxteis inglesas por novas fontes de abastecimento de matéria-prima, para livrarem-se da dependência da produção dos E.U.A."* é que Fortaleza ganha, enfim, hegemonia sobre o território cearense<sup>2</sup>.

Logo, nesse universo que vai se configurando urbano no decorrer do século é que se dão as subsequentes ações transformadoras no espaço da cidade de Fortaleza.

Além da cidade ser provida de um serviço de infraestrutura básica através de firmas estrangeiras, tal é o caso de iluminação pública pela Ceará Gás Co. Ltda (1865) e de um sistema de abastecimento de água pela Ceará Water Co Ltda (1863), é digno

\* Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA.

\*\* Mestre em Educação pela UFC.

<sup>1</sup> ANDRADE, Margarida. *Onde moram os operários...vilas operárias em Fortaleza - 1920-1945*. Salvador, 1990. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, p.25-26.

<sup>2</sup> SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana - Análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Belo Horizonte, Recife*. São Paulo: Nacional, 1977. p.315. Apud ANDRADE, Margarida. Op cit. p.27.

de registro que de 357 estabelecimentos comerciais fixados em sua praça 84 eram estrangeiros em 1862. Também é significativo, a título de exemplo de intenções e práticas transformadoras sobre a cidade, tanto a existência de três códigos de postura entre 1865 e 1875, como o plano de expansão em malha xadrêz de Adolfo Herbster - *Plano da cidade de Fortaleza e Subúrbios, 1875* - manifestando respostas das autoridades locais à nova problemática urbana.

Por volta de 1816, quando Fortaleza possui cerca de 1200 habitantes, o engenheiro português Silva Paulet<sup>3</sup> descrevia a pequena vila então existente como pobre, possuindo "um comércio de pouco vulto e com um porto sofrível"<sup>4</sup>. Em 1841, a percepção do pastor protestante Daniel Kidder sobre a cidade parece completar essa imagem anterior de uma vila de "solo de areia solta"<sup>5</sup>. Atesta que o intenso sol sobre os leitos de areia das ruas e do passeio lateral incomodava a pele e os pés de quem se atrevesse a sair para uma caminhada.<sup>6</sup>

Na década de sessenta, já se poderia sentir outros ventos sobre a cidade trazendo mudanças. O viajante Agassiz em *A Journey in Brazil - 1865-1866* escreve:

*"Gostei do aspecto da cidade do Ceará. Agradaram-me as suas ruas largas, limpas, bem calçadas, ostentando toda sorte de côres, pois as casas que as ladeiam são pintadas dos mais ousados tons [...] Sente-se aqui movimento, vida e prosperidade."*<sup>7</sup>

No entanto, sobre o imaginário social dos habitantes de toda a Província do Ceará, seja em tempos difíceis ou em épocas de prosperidade, rondou durante todo o século XIX uma dura conjugação- as epidemias e as secas periódicas.

A lembrança secas-epidemias surge e ressurge em vários pontos dos relatórios dos Presidentes da Província balizando suas preocupações. A ausência ou presença real dessa conjugação é referencial para que as autoridades pessem não só o Ceará como um todo, mas também a capital, diretamente atingida por essa combinação.

Nos períodos de secas e epidemias, Fortaleza é palco de pânico e terror. Independentemente de condições sociais, as doenças atingiam a todos. As secas periódicas conturbavam a sociedade cearense até os seus fundamentos. Impeliam populações

<sup>3</sup>O engenheiro português Silva Paulet, de descendência francesa, foi contratado pelo senado da câmara para elaboração de uma planta para a vila de Fortaleza.

<sup>4</sup>PAULET, Silva. Descrição Geográfica Abreviada da Capitania do Ceará. *Revista Trimestral do Instituto do Ceará*. Ano XII, Tomo XII. Fortaleza, Typografia Studart, 1898, p.16-18.

<sup>5</sup>Idem.

<sup>6</sup>GIRÃO, Raimundo. *Geografia Estética de Fortaleza*. Fortaleza. Imprensa Universitária do Ceará, 1959, p.156.

<sup>7</sup>Idem. p.158.

inteiras das regiões flageladas para fora do Ceará ou para os lugares em que encontrassem meios de subsistência. Parciais ou generalizadas, tais calamidades, conforme se sucediam, paralizavam a produção e perturbavam o desenvolvimento da receita. A capital durante as secas de 1824-1825, 1845-1846, 1877-1879, 1900 foi atacada, dentre outras epidemias, pela variola, pelas infecções pulmonares e gástricas.

O período de trinta anos sem seca (1846-1877) juntamente com os "frutos" da comercialização do algodão com a Europa, faz florescer na cidade uma dinâmica nova que manifesta-se na sua espacialidade física, nas idéias, hábitos e aspirações de seus habitantes. As perspectivas de prosperidade apontam para um ideal de um novo tempo, que no pensar do poder público estaria começando a ser um intervalo seguro, no sentido de que a distância da última calamidade climática, que assolou a Província, alargava-se cada vez mais.

No entanto, o ano de 1877 traz consigo até Fortaleza aquilo que já parecia longe no tempo: a seca. Desfaz-se uma possível idéia de um desenvolvimento urbano sem interrupções.

Com a seca chega à cidade uma multidão de desvalidos. Uma primeira leva de migrantes alcança a capital cearense no mês de abril de 1877 e em novembro daquele mesmo ano a população da cidade chegou a superar 80.000 habitantes - o quadruplo de sua população normal. Em 1878, o número de indigentes abarracados na cidade e em seus subúrbios atingiu o impressionante número de 125.000 pessoas<sup>8</sup>.

O *"derradetro marco da via dolorosa"* como se refere o Barão de Studart à cidade de Fortaleza, seria na esperança do sertanejo nômade o fim de um caminho de sofrimentos. Todavia, não era mais que o completar de uma agonia. A seca que arrancara o homem cearense de seu pedaço de chão mostra sua outra face além da miséria e da fome: a da doença. A cidade que experimentava com um excedente de capital proveniente das transações comerciais um primeiro surto de modernização, experiência ao mesmo tempo o barbarismo de ser uma *"necrópole, e sobre ela e sobre todos os miseráveis e mal remedlados, porquanto já não havia ricos e sim irmãos e sócios do infortúnios, vinha afinal extender seu manto de horror a varitola: a inesquesctvel varitola"*<sup>9</sup>

Em 1º de Novembro de 1878, o Presidente da Província - Dr. José Júlio - escreve sobre esta multidão de miseráveis e sobre os locais onde eles se amontoam:

<sup>8</sup>STUDART, Barão de. Climatologia, epidemias e endemias do Ceará. Memória apresentada no 4º Congresso Médico Latino-Americano do Rio de Janeiro. IN: *Revista da Academia Cearense*. Tomo XIV. Fortaleza, Typ. Minerva, 1910. p.54.

<sup>9</sup>Idem.

*"A capital do Ceará carecia de asseio, suas praças e travessas estavam convertidas em abarracamentos, o Liceu, o quartel da polícia, as escolas públicas, muitos outros prédios, em diversas ruas serviam de alojamento de retirantes e em cada um deles se apinhavam centenas de indivíduos quase inanidos. Os abarracamentos eram imundos, e não tinham cômodos suficientes nem enfermarias, e tudo fomentava a propagação das epidemias reinantes.<sup>10</sup>*

Lembramos, ainda, as duras palavras de Rodolpho Theófilo<sup>11</sup> em seu romance *A Fome*, em que, referindo-se a esta epidemia de varíola, pintava uma Fortaleza completamente diferente daquela que tanto encantara os olhos de Agassiz pouco anos antes:

*"[...] os pedaços de carne podre e pús, não encontrando lugar onde ficassem depositados, caíam dos cadáveres nos passeios das casas e calçamentos das ruas.*

*A peste invadlu tudo, desde a palhoça até o palácio do Presidente da província. Por toda parte ouviam-se gemidos dos moribundos, os gritos dos loucos no delírio da febre eruptiva.*

*Era excessivo o pânico e geral a consternação [...]*

*As valas dos cemitérios recebiam mais de mil corpos por dia, e a peste a recrudescer. Os cordões sanitários não se fizeram, pois o inimigo atacou de um modo terrível e violento.<sup>12</sup>*

Se no ano de 1877 mais de 2.265 pessoas morreram vítimas das mais variadas moléstias, tais como as *"febres biliosas, a dysenteria e a Nazarca"*, no ano de 1878 estes números tornam-se assustadores devido à epidemia de varíola. Na capital cearense, em

<sup>10</sup>*Fala com que o Exmo. Sr. Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, Presidente da Província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 24ª Legislatura da Assembléa Provincial no dia 1º de Novembro de 1878. Fortaleza, Typ. Brasileira, 1879.*

<sup>11</sup>Em 1901, o farmacêutico Rodolpho Theófilo, recém-chegado da Bahia, onde aprendeu a preparar a vacina contra a varíola, e sem apoio dos administradores públicos, já que era opositor da oligarquia aciollina, tomou como luta livrar a cidade daquele mal que durante todo o século XIX assolou epidêmica e endemicamente o Estado do Ceará. Por volta de 1915, a região estava livre da doença.

<sup>12</sup>THEÓFILO, Rodolpho. *A Fome*. Rio de Janeiro, José Olímpio, Fortaleza, Academia Cearense de Letras, 1979.

outubro, cerca de 592 pessoas morreram em consequência desta epidemia; em novembro, 9.844, e, em dezembro, 14.491. Somente no dia 8 de dezembro daquele ano, 1.008 pessoas morreram de varíola na cidade. Calcula-se que, naquele mês, 80.000 pessoas foram atingidas pela doença e que uma média de 500 indivíduos morreu diariamente. Durante todo este ano, 57.780 foi o número de óbitos na capital do Ceará devido à fome e em consequência das mais variadas moléstias; deste total, 24.884 era variolosos.<sup>13</sup>

Ora, a alta taxa de mortalidade juntamente com essas aglomerações em decorrência das secas constituem-se ameaças às intenções modernizadoras da cidade, na segunda metade do século XIX. Em um único movimento, os dados expõem tanto a degradação física da capital do Ceará como a de seus habitantes nestes períodos.

Assim, uma cidade que "*carecia de asseio*", uma multidão flutuante constituída pela população pobre "*esquálida de fome*" e a alta taxa de mortalidade são três anotações constantes nos diversos relatos e relatórios referentes à cidade de Fortaleza nos períodos de calamidade pública.

Esta multidão flutuante passa a assustar o poder provincial com suas reivindicações ao direito natural de sobrevivência - ao se amontoarem em frente ao Palácio do Governo exigindo "*o pão, o vestido, o abrigo ou a passagem para fora da província*"<sup>14</sup> - e também por se tornar uma ameaça à salubridade urbana. São os próprios discursos dos homens públicos que apontam neste sentido.

O presidente da província, Caetano Estellita, reconheceu a seca, a "*aglomeração do povo*", a "*inobservância das leis de higiene*", a "*recrudescência do calor operado pela estação excepcional*" como causas das enfermidades<sup>15</sup>. Também o presidente Dr. José Júlio assinalou como razões das epidemias "*a elevação da temperatura, que variava entre 30 e 40°C, a aglomeração da população em perímetros acanhados e infectos, a falta de asseio das classes menos educadas, o uso de substâncias nocivas à saúde[...], a deficiência e o natural viciamento da alimentação*" e, ainda, as "*matérias orgânicas em decomposição, dispersas nas cidades e nos campos*"<sup>16</sup>.

Não havia como deixar de estabelecer, inicialmente, uma direta correlação entre esses períodos de estiagem e as enfermidades. Isto por duas razões: o fato de estas enfermidades surgirem logo após os períodos de seca e o próprio limite do saber

<sup>13</sup>STUDART, Barão de. Op. cit. p.51-58. Dados também apontados pelo Jornal "Cearense" dos dias 05/11/1879, 03/12/1879 e 11/01/1880.

<sup>14</sup>Fala de José Júlio de Albuquerque Barros. op. cit.

<sup>15</sup>Relatório com que o Exmo. Sr. Desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa passou a administração da Província do Ceará ao Exmo. Conselheiro João José Ferreira D'Aguiar, Presidente da mesma Província, em o dia 23 de Novembro de 1877. Fortaleza, Typ. Dom Pedro II, 1877.

<sup>16</sup>Fala de José Júlio de Albuquerque Barros. Op. cit.

médico, que reconhecia como causas das doenças aquelas ditas naturais; ou seja, o clima, as condições das águas públicas ou a própria situação geográfica do núcleo.

Nesse sentido, o médico Castro Carreira afirmou que as "*febres biliosas*" que se seguem à seca de 1845 foram provocadas pelas nossas "*habitações em um clima quente e úmido, pelos pântanos, pela rápida passagem de uma estação para a outra, [...] pelo sol abrasador, pela temperatura elevada, pelo calor excessivo*" e pelo vento, que trazia os germes das "*bordas do mar, cobertas perenemente por emanações deletérias*"<sup>17</sup>

As falas dos Presidentes de Província da época não nos deixa esquecer a estreita relação *seca-epidemias*. Reafirmam, sobretudo, o sentido da multidão, da aglomeração, da forma como vivem e se comportam os grupos de retirantes na capital cearense: uma ameaça para a saúde da população.

A apresentação da pobreza enquanto ameaça à salubridade urbana também é manifestada por aqueles administradores públicos, ao reconhecerem como perigosas as condições de higiene destes setores que se amontoavam nas ruas e praças públicas da cidade de Fortaleza. Revela-se o medo do contágio, fazendo dos pobres portadores em potencial das doenças.

Essa apreensão aponta para um único movimento. Do reconhecimento e observação dos "*corpos doentes*" e dos espaços físicos, onde vive a pobreza, alcança a compreensão do homem pobre como uma causa da insalubridade pública.

Assim, nos períodos epidêmicos uma ação governamental frente à pobreza significava tanto livrar a cidade da presença destes indivíduos "*perigosos*" - isolando-os - como obter um melhor conhecimentos de seus hábitos cotidianos.

Durante a seca de 1877, o poder provincial requereu o cadastramento dos indigentes. Assim, eles foram divididos em quatro classes: "*os recém-chegados*", "*os que queriam emigrar para fora*", "*os que residiam na capital*" e "*os que se encontravam abarracados nos subúrbios da capital*"<sup>18</sup>.

Também foram regularizadas comissões encarregadas tanto do "*alojamento*" como dos "*socorros e tratamentos*" dos retirantes. Para as comissões eram nomeados inspetores que se responsabilizavam pela distribuição dos auxílios e por uma melhor observação dos hábitos dos indigentes, agora amontoados nos abarracamentos<sup>19</sup>. As comissões estavam ordenadas segundo o tipo de serviço prestado. As de "*pronto-socorro*" eram responsáveis pelo fornecimento de rações para os recém-chegados, as de "*emigração*"

<sup>17</sup> Apud. STUDART, Barão de. Op. cit. p-53.

<sup>18</sup> Fala de José Júlio de Albuquerque. Op. cit.

<sup>19</sup> Relatório de Caetano Estellita. Op. cit.

alistavam os indigentes que quisessem emigrar para fora, as de "*socorro domiciliar*" se incumbiam de organizar e remeter à Presidência da Província a relação das famílias que precisassem de auxílio, e as de "*abarracamentos*" ficavam responsáveis pelos alojamentos<sup>20</sup>.

A importância do cadastramento da população na cidade, durante a seca de 1877, faz-se sentir quando nos detemos nas ações das comissões de "*pronto socorro*", também encarregada de alistar os indigentes nos diversos distritos em que a capital cearense fora dividida. O alistamento se constituía na declaração do nome, da naturalidade, procedência, se eram válidos ou inválidos, no número de pessoas em cada família e quantos eram os homens, as mulheres e as crianças<sup>21</sup>.

Segundo circular de 29 de abril de 1878, era também função dessas comissões garantir a limpeza dos alojamentos e dos lugares circunvizinhos. O lixo das proximidades das habitações urbanas deveria ser retirado e colocado no lado oposto dos "*ventos retnantes*", utilizando para isto os próprios retirantes. O banho dos indigentes era obrigatório, proibiu-se a mendicância nas ruas da cidade, e o transporte dos cadáveres para o cemitério deveria ser feito com a maior rapidez. Por fim, caberia às comissões providenciar a limpeza dos quintais, o caiamento das casas e a desinfecção tanto dos edifícios públicos como dos particulares<sup>22</sup>.

Uma outra face desse movimento disciplinador em Fortaleza corresponde à divisão da cidade em cinco distritos, onde os inspetores encarregados deviam atentar para a "*ordem, disciplina, mortgeração*" da pobreza, garantindo a adequada execução dos "*serviços e uma melhor distribuição dos socorros*"<sup>23</sup>

Vejamos quais eram esses distritos. O primeiro correspondia ao abarracamento do Meireles, a cargo do Dr. Henrique Theberge e com uma população de 4.480 pessoas, sendo 147 famílias em 128 barracas feitas de madeira e palha.

Responsabilizaram-se pelo segundo distrito o alferes Joaquim Nogueira de Hollanda Lima e o Major Thomaz. O primeiro se encarregava dos abarracamentos do Pajeú, do Alto da Pimenta, do São Luiz e o da estrada de Messejana; o segundo, dos abarracamentos do bairro do Livramento. Todos esses abarracamentos possuíam uma população de 14.129 emigrantes habitando em palhoças.

O terceiro distrito, com uma população de 15.700 pessoas, foi dividido em dois abarracamentos. O primeiro a cargo do capitão Antonio do Santos Neves, e o segundo, do Dr. Metton França Alencar.

<sup>20</sup>Fala de José Júlio de Albuquerque Barros. Op. cit.

<sup>21</sup>Idem.

<sup>22</sup>Idem.

<sup>23</sup>Relatório de Cactano Estellita. Op. cit.



O farmacêutico João Francisco Sampaio foi nomeado para o quarto distrito localizado na Tijubana e no Morro do Moinho, com 8.046 pessoas.

O quinto e último distrito tinha uma população de 576 pessoas distribuídas em 116 famílias e ficou sob a responsabilidade do tenente Fellipe de Araújo Sampaio, denominando-se Lagoa Seca.

Mas, as estratégias utilizadas com o intuito de retirar os indigentes do centro urbano não se restringiam ao isolamento em abarracamento nos subúrbios da cidade. Além da emigração em massa para as regiões amazônicas organizadas pelo poder provincial, a idéia de um asilo para os mendigos apresentou-se como uma outra saída possível.

Foi José da Silva Albano, vice-provedor da Santa Casa de Misericórdia quem se posicionou sobre a importância de uma instituição voltada para a reclusão dos mendigos em Fortaleza.

*"Senhores, não seria mais consentâneo com o estado de nossa capital que esta idéia magnânima de Azilo de Alienados fosse substituída por outra mais proveitosa?! Quero dizer, senhores, um azilo de medicação. Quem observar o quadro de dezenas de mendigos, que se apresentam diariamente em algumas praças e ruas desta bella e florescente capital, não pode deixar de lamentar a falta de uma casa onde se recolhão essas criaturas infelizes!"<sup>24</sup>*

Quando Caetano Estellita entregou a Presidência da Província a João José Ferreira D'Aguiar em 1877, já estava em construção na cidade de Fortaleza o asilo dos alienados e o de mendicidade. O de alienados, próximo dos Arronches, e o de mendicidade, no Outeiro.

Ora, é a própria idéia da cidade pestilenta, vigiada e observada, expressão máxima de um poder disciplinar, que impõe a exclusão dos doentes do centro urbano com uma ação necessária para a salubridade pública. Nessa perspectiva, a ordem responde à peste e a uma de suas causas, a aglomeração. Faz-se ainda objeto de atenção não apenas os pestilentos *stricto sensu*, mas até mesmo os pestilentos em potencial - os mendigos amontoados nas ruas e praças de Fortaleza. Lembramos que o perigo da aglomeração, manifesto através dos alarmantes relatos sobre o caos estabelecido, revela o incômodo causado pelos mendigos traduzido pelo medo deles em multidão.

<sup>24</sup>Relatório do Vice-Provedor da Santa Casa de Misericórdia, José Francisco da Silva Albano em 19 de março de 1877. Fortaleza, Typ. Dom Pedro II, 1877.

Estende-se o esquema do isolamento próprio das instituições hospitalares para os retirantes da seca.

Porém tratar os pobres como doentes, como loucos a serem internados em um asilo significava, ainda, a possibilidade de retirá-los dos "*vícios da embriaguez e até da libertinagem*", pois "*aqueles braços tratados e gulados convenientemente poderiam prestar bons serviços, produzindo vantagens para ajudar a sua sustentação*"<sup>25</sup>.

Revela-se a compreensão da pobreza não somente enquanto ameaça à salubridade pública, atribuindo-lhe a negatividade de uma desordem moral. Assim, perigosos por atentarem contra a moralidade com seus vícios, ou por ameaçarem a saúde da população da capital cearense, restava aos representantes da pobreza a pena de reclusão. A reclusão em asilos, a reclusão em abarracamentos.

Uma outra significação é dada aos pobres pela possibilidade de serem "*tratados e gulados convenientemente*" para o trabalho. A moralidade pública também estava comprometida pela imagem da vadiagem, da ociosidade. É assim que do espetáculo das ruas amontoadas de mendigos resulta a idéia do aproveitamento de uma mão-de-obra barata, embora não qualificada. A anormalidade, na qual se inscrevia o pobre, também tendia a ser modificada pelo adestramento ao trabalho.

Houve mesmo quem buscasse um sentido positivo afirmando que "*para alguma coisa serve a miséria*"; a seca de 1877 proporcionou mão-de-obra barata aos serviços em andamento<sup>26</sup>.

Desse modo, o poder provincial apontou o trabalho como um antídoto contra a pobreza. Porém, isto significava muito menos uma melhoria nas condições de vida dos indigentes em Fortaleza, do que uma justificativa moral capaz de transforma-los em mão de obra geradora de riquezas.

Esta questão moral encontra expressãp nas palavras do Presidente Estellita, para quem o povo prefere o trabalho à esmola, que "*o acanha e o humilha*"<sup>27</sup>. São ainda esclarecedoras as palavras de José Júlio de Albuquerque, que relaciona, no seu relatório de 1º de novembro de 1878, o direito à assistência pública com a obrigação do trabalho, argumentando não ser função dos governantes a alimentação do "*ócio e da preguiça, nem a fomentação da inércia, da imprevidência e da mendicância*". Conclui dizendo "*ser contrário à dignidade do homem receber esmolas quando ele só precisa de salário*", estando igualmente "*nos interesses do indivíduo e do Estado a conservação dos*

<sup>25</sup>Idem.

<sup>26</sup>Santa Casa de Misericórdia. Mesa Administrativa: Relatório:1966-1967.Fortaleza [1967].Apud. PONTE, Sebastião Rogério de Barros. *Ruas Limpas e Novos Corpos:Remodelação e Disciplinarização Social em Fortaleza na Primeira República*. São Paulo, PUC, 1992. Dissertação de Mestrado. p.112.

<sup>27</sup>Relatório Caetano Estellita. Op. cit.

*hábitos do trabalho, que é a primeira lei imposta por Deus ao homem, condição essencial do desenvolvimento de todas as forças, elementos de ordem, paz e moralidade".*

É assim que articula-se essa apologia ao trabalho - redentor da pobreza - à possibilidade de um recrutamento dos indigentes para a execução de melhorias urbanas na capital do Ceará.

Fala o Presidente Estellita:

*"Atenuar a crise por meio do trabalho, tirando proveito dos socorros públicos para realizar melhoramentos de incontestável proveito, bem como casas para quartéis, cadetras, escolas, açudes, reparos de estradas, aterros, matrizes, etc. [...] Parecendo-me que esse sistema era digno de ser adotado empreendi algumas obras nesta capital e localidades vizinhas"<sup>28</sup>.*

As secas constituem dentro do universo urbano de Fortaleza mais que uma calamidade físico-climática. Elas representam, sobretudo, a desordem ou a contra-ordem a uma aspiração de cidade estruturada sob o signo de pretensões técnico-científicas. A pobreza que com as secas inchava a cidade é o fator de desequilíbrio. Diante deste contingente populacional os poderes públicos mesmo amparados na ciência e na técnica não conseguem responder eficazmente à problemática da seca. Esta incapacidade faz emergir a construção de uma relação: pobreza-doenças-ociosidade, onde se concretiza a imagem do perigo urbano a ser a todo custo eliminado.

---

<sup>28</sup>Idem.

**Clovis Ramiro Jucá Neto**

**Rua Nogueira Acioly, 1481, Apto 404 A, CEP. 60110-141, Centro.**

**Telefone - 234.45.06**

**Fortaleza-Ceará.**

**Formação Universitária - Arquitetura/U.F.C. 1986**

**Pós-Graduação - Mestrado em Arquitetura/ Universidade  
Federal da Bahia. 1993.**

**Silvia Maria Aragão de Andrade Furtado**

**Rua Paula Ney, 940, Apto 404, CEP. 60140-200, Aldeota.**

**Telefone - 261.30.91**

**Fortaleza-Ceará.**

**Formação Universitária - História/U.F.C. 1986**

**Pós-Graduação - Mestrado em Educação/ Universidade  
Federal do Ceará. 1994.**